

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À
Diretoria e Quotistas da
Guarupart Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de abril de 2021.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:		128.227	106.523	4.086.210	5.444.562
Caixa e equivalentes de caixa	10	22	32	674.631	1.025.236
Investimento de curto prazo	11	-	-	1.405.506	2.864.348
Títulos e valores mobiliários	12	-	-	767	4.470
Contas a receber de clientes	13	-	-	415.353	346.258
Estoques		-	-	7.856	10.445
Impostos a recuperar	14a	1.425	2.264	142.585	137.227
Adiantamentos a fornecedores		-	4	79.744	29.605
Despesas antecipadas		-	-	5.828	9.280
Dividendos a receber - Partes relacionadas	15	126.411	103.837	75	75
Ativo financeiro da contratual	17	-	-	1.290.362	951.888
Outros ativos		369	386	63.503	65.730
Não circulante:		3.110.806	2.701.917	18.649.957	14.060.905
Títulos e valores mobiliários	12	57.302	57.302	160.154	157.795
Alienações de investimentos	16	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	13	-	-	20.903	12.528
Impostos a recuperar	14a	-	-	6.827	5.961
Tributos e contribuições sociais diferidos	14b	-	-	6.688	7.008
Partes relacionadas	15	25.126	223	25.126	223
Ativo financeiro da contratual	17	-	-	13.310.348	9.007.266
Estoques		-	-	-	-
Cauções e depósitos judiciais		12.014	12.046	27.347	27.011
Outras contas a receber		3.220	3.220	26.764	27.873
Investimentos	18	2.953.038	2.568.941	135.538	144.857
Imobilizado	19	2.730	2.809	4.674.886	4.428.835
Intangível	20	156	156	198.156	184.328
Ativo total		3.239.033	2.808.440	22.736.167	19.505.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante:		204.544	125.807	2.368.286	2.107.665
Empréstimos e financiamentos	21	81.240	10.372	445.038	398.434
Debêntures	22	-	-	459.821	479.525
Fornecedores		1.800	1.811	386.927	403.181
Salários, férias e encargos sociais		-	-	57.783	39.978
Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido	23a	1.142	1.088	192.656	149.394
Adiantamentos de clientes		-	-	1.456	5.794
Passivo de arrendamento		-	-	7.392	6.071
Dividendos a pagar		119.380	111.552	502.444	392.314
Provisões de constituição dos ativos	24	-	-	180.958	73.594
Provisões para gastos ambientais	26	-	-	13.720	19.938
Encargos Regulatórios	26	-	-	80.195	60.073
Provisão para contingências	27	-	-	2.712	323
Outras obrigações		982	984	37.184	79.046
Não Circulante		19.769	97.582	11.361.444	9.841.554
Empréstimos e financiamentos	21	-	77.793	2.155.652	1.713.588
Debêntures	22	-	-	5.996.185	6.010.773
Passivo de arrendamento		-	-	28.300	27.892
Provisão para contingências	27	1.003	1.003	16.753	15.847
Adiantamento de clientes		-	-	-	5.951
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	292	381
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	23b	58	78	2.908.968	1.847.122
Encargos Regulatórios	26	-	-	172.744	158.477
Partes relacionadas	10	18.708	18.708	18.708	18.708
Provisões de constituição dos ativos	24	-	-	9.227	6.677
Provisão para gastos ambientais	25	-	-	19.213	734
Outras contas a pagar		-	-	35.402	35.404
Participação de acionistas não controladores		-	-	5.991.717	4.971.197
Patrimônio líquido:		3.014.720	2.585.051	3.014.720	2.585.051
Capital social realizado	28	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	28	27.946	25.345	27.946	25.345
Reserva de lucros	28	2.504.958	2.101.990	2.504.958	2.101.990
Lucros Acumulados		-	-	-	-
Ajustes Acumulados de conversão		43.213	19.113	43.213	19.113
Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores		3.014.720	2.585.051	9.006.437	7.556.248
Passivo total		3.239.033	2.808.440	22.736.167	19.505.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta:					
Transmissão e geração de energia		-	-	6.099.190	4.286.549
Venda de Energia		-	-	645.875	738.175
Serviços prestados		-	-	-	-
Receita operacional bruta:	30	-	-	6.745.065	5.024.724
Deduções da receita bruta	30	-	-	(604.320)	(432.625)
Receita operacional líquida	30	-	-	6.140.745	4.592.099
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados		-	-	(184.446)	(171.036)
Custo dos produtos vendidos		-	-	-	-
Energia comprada para revenda		-	-	(141.772)	(231.739)
Custo de infraestrutura		-	-	(2.245.509)	(1.616.431)
Depreciação / Amortização		-	-	(127.828)	(106.125)
		-	-	(2.699.555)	(2.125.331)
Lucro bruto		-	-	3.441.190	2.466.768
Despesas (receitas) operacionais:					
Administrativas e gerais		(2.714)	(4.484)	(91.097)	(104.185)
Depreciação /amortização		(79)	(78)	(7.435)	(6.927)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(25.155)	(24.065)
Resultado da equivalência patrimonial	18	483.807	457.204	(9.224)	57.394
Outras receitas		15	-	7.832	51.237
Outras despesas		-	-	(335)	(11)
		481.029	452.642	(125.414)	(26.557)
Lucro antes do resultado financeiro		481.029	452.642	3.315.776	2.440.211
Despesas financeiras	29	(3.777)	(6.541)	(516.830)	(356.176)
Receitas financeiras	29	267	106	51.581	87.235
		(3.510)	(6.435)	(465.249)	(268.941)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		477.519	446.207	2.850.527	2.171.270
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(104.121)	(92.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(697.189)	(448.663)
Lucro líquido do exercício		477.519	446.207	2.049.217	1.630.400
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		477.519	446.207	477.519	446.207
Acionistas não controladores		-	-	1.571.698	1.184.193
		477.519	446.207	2.049.217	1.630.400
Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		1,00	0,94		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
EBTIDA - LAJIDA		481.108	452.720	3.451.039	2.553.263

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado	
	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						Lucros acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	476.726	(38.123)	95.345	1.706.294	39.850	-	11.771	2.291.863	-	4.039.046	6.330.909
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(14.505)			(14.505)			(14.505)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	7.342	7.342			7.342
Outros Ajustes						62		62			62
Dividendos Complementares aprovado em assembleia						(34.366)		(34.366)		-	(34.366)
Variação na participação dos acionistas não controladores									932.151		932.151
Lucro líquido do exercício						446.207		446.207		-	446.207
Reserva legal					-						-
Dividendos propostos						(111.552)		(111.552)			(111.552)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				300.351		(300.351)					-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	476.726	(38.123)	95.345	2.006.645	25.345	-	19.113	2.585.051	-	4.971.197	7.556.248
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					2.601			2.601			2.601
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	24.100	24.100			24.100
Outros Ajustes						19		19			19
Dividendos não aprovados em assembleia				44.810		-		44.810		-	44.810
Variação na participação dos acionistas não controladores									1.020.520		1.020.520
Lucro líquido do exercício						477.519		477.519		-	477.519
Reserva legal					-						-
Dividendos propostos						(119.380)		(119.380)			(119.380)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				358.201		(358.201)					-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	476.726	(38.123)	95.345	2.409.656	27.946	(43)	43.213	3.014.720	-	5.991.717	9.006.437

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	477.519	446.207	2.049.217	1.630.400
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Resultado de não controladores	-	-	(1.571.698)	(1.184.193)
Resultado da equivalência patrimonial	(483.807)	(457.204)	9.224	(57.394)
Depreciação e amortização	79	78	135.263	113.052
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	2.922	2.761
Valor residual das baixas de investimentos	-	-	95	-
Valor residual das baixas do intangível	-	-	18.295	667
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	3.707	6.000	815.883	606.854
Receitas financeiras	(262)	(103)	(51.212)	(52.012)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(104.121)	(92.207)
Imposto Diferido	-	-	(697.189)	(448.663)
Ajuste participação de minoritário	-	-	1.020.520	932.151
	(2.764)	(5.022)	1.627.199	1.451.416
(Aumento) Diminuição de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(77.470)	(22.309)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(4.641.556)	(4.427.696)
Estoques	-	-	2.589	15.912
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	320	3.055
Tributos e compensar	841	5.874	(6.222)	(24.221)
Adiantamentos a fornecedores	4	-	(50.139)	(19.868)
Investimento de curto prazo	-	-	1.511.521	(2.298.683)
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.344	39.970
Outras contas a receber	17	200	3.336	(16.142)
Cauções e depósitos judiciais	32	(50)	(336)	8.918
Partes relacionadas	(24.643)	(208)	(24.643)	(208)
Dividendos	-	-	-	17.312
Despesas antecipadas	-	-	3.452	(2.250)
	(23.749)	5.816	(3.277.804)	(6.726.210)
Aumento (Diminuição) de Passivos				
Fornecedores	(11)	(1.412)	(16.254)	106.766
Salários, férias e encargos sociais	-	-	17.805	19.345
Contribuições e impostos a recolher	54	(193)	147.383	101.724
Imposto de renda diferido	(1)	(1)	1.759.054	1.361.596
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	12.975	(3.884)
Provisões de constituição dos ativos	-	-	100.687	(5.748)
Adiantamento de clientes	-	-	(10.289)	11.745
Outras provisões	-	-	13.167	1.325
Dividendos a pagar	(66.742)	(81.042)	35.560	109.248
Partes relacionadas	-	(2.272)	-	(2.272)
Outras contas a pagar	(2)	(201)	(8.834)	59.336
	(66.702)	(85.121)	2.051.254	1.759.181
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(93.215)	(84.327)	400.649	(3.515.613)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	-	-	-	333.281
Imobilizado	-	-	(216.345)	(253.990)
Intangível	-	-	(37.338)	(40.917)
Dividendos recebidos	103.837	67.720	-	-
	103.837	67.720	(253.683)	38.374
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos tomados	-	85.000	773.803	3.037.103
Amortizações e pgtos de empréstimos	(10.632)	(68.387)	(1.271.285)	(1.510.458)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(89)	381
Gastos com emissões de ações reflexa	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-
	(10.632)	16.613	(497.571)	1.527.026
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(10)	6	(350.605)	(1.950.213)
Disponibilidades no início do exercício	32	26	1.025.236	2.975.449
Disponibilidades no final do exercício	22	32	674.631	1.025.236
	(10)	6	(350.605)	(1.950.213)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

2. Impactos do COVID-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia e suas controladas adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, e uma Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de caráter preventivo, tais como: suspensão de viagens internacionais e nacionais; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais e canteiros de obras, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras em todas as unidades; plano de contingência nos Centros de Operações, Subestações e Canteiros de Obras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios, centros de operações, subestações e canteiros de obras; suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas às unidades de negócio da Companhia; treinamentos online para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da controlada da Alupar e suas investidas apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de déficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, ficou garantida a manutenção do fluxo de recursos para geradoras e transmissoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 05 de abril de 2021.

4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

5. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 12) - avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 19) e Intangível (nota explicativa nº 20) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 26); Provisão para desmobilização de ativos; Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 24) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 27) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 20) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 28) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 30) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior

6.1. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada "Alupar".

6.2. Conversão de saldos de entidade no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício. A Companhia registra em outros resultados abrangentes variações cambiais resultantes da referida conversão de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento.

7. Base de Consolidação

7.1. Controladas e controlas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Empresa	Atividade	Participação 31/12/20 (%)		Participação 31/12/2019 (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas diretas					
Alupar Investimento S.A	Holding	51,35	-	51,35	-
Controladas indiretas					
ACE	Comercializadora	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	-	32,06	-	22,12
AF Energia	restadora de serviço	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	100,00	-	100,00	-
Apaeete	Holding	36,96	-	25,50	-
EAP I	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP II	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP III (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP IV (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP V (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VI (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VII (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	69,83	-	69,83	-
GET	Geração	51,00	-	51,00	-
Jjuí	Geração	86,66	-	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	3,67	86,07	5,52	79,06
Lavrinhas	Geração	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	68,83	-	68,83	-
Reunidas	Holding	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCE (vii)	Transmissão	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Verde 8	Geração	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:					
TNE (*)	Transmissão	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colombia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (iv) Participação indireta via a controlada Windepar.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

7.2. Combinação de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

8. Sumário das práticas contábeis

8.1. Instrumentos financeiros

8.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

8.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1

8.2. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,3,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida no resultado do exercício.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

A receita de remuneração financeira do ativo de concessão é reconhecida após a conclusão das obras de implementação da infraestrutura e início da operação comercial.

Assim, a contrapartida dos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão bem como a receita pela remuneração financeira é registrada na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação da obrigação de desempenho de operar e manter.

As receitas pela implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE que estão registrados na rubrica de "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", no passivo circulante e não circulante.

8.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

8.4. Imobilizado

8.4.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

8.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito exploração da concessão - Uso do Bem Público

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão (35 anos).

b) Direito exploração da concessão e autorização

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Refere-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros da controlada indireta La Virgen, por meio de combinação de negócios e custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos - SPE's controladas, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

8.6. Redução ao valor recuperável ("impairment")

▪ Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

8.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

8.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

8.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

8.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

8.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

8.8. Benefícios a empregados

8.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

8.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado "Lucro da Exploração", aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

8.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

8.10.1. Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

8.10.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato - projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

8.10.3. Receita de operação e manutenção

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato - projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

8.10.4. Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está é reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste - PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

8.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

8.10.6. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

8.11. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

8.12. Resultado por ação

A Controlada efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia controlada atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

8.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

8.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

8.15. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Encargos regulatórios" e "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

8.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Conseqüentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

8.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) - Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

8.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

8.19. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito ("spread bancário") obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

9. Novas normas e interpretações.

9.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2020

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16);
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework).

9.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1);
- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16).

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos - Depósitos a vista			15	23	44.529	68.005
Fundos de investimento (*)	94,17%	97,84%	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	96,85%	93,10%	-	-	411.479	320.891
Operações compromissadas	95,00%	90,00%	-	-	-	38.976
Outros fundos de investimento	94,17%	82,13%	-	-	147.069	568.626
Aplicações automáticas	20,00%	22,54%	7	9	71.554	28.738
			<u>22</u>	<u>32</u>	<u>674.631</u>	<u>1.025.236</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

11. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos federais - Letras Financeiras do tesouro	1.073.830	1.349.326
Operações compromissadas em LTN	230.118	1.368.202
Valores a pagar/receber	-	-
Títulos Privados	101.860	146.918
Outros	(302)	(98)
Outros cotistas	-	-
	<u>1.405.506</u>	<u>2.864.348</u>

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 88,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

12. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	98,00%	85,00%	767	4.470
Operações compromissadas		99,64%	-	-
			<u>767</u>	<u>4.470</u>
<u>Não circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	98,00%	95,68%	102.852	100.493
Debentures (Principal)	100% cdi + Spread	100% cdi + Spread 4,10%aa	<u>57.302</u>	<u>57.302</u>
			<u>160.154</u>	<u>157.795</u>
			<u>160.921</u>	<u>162.265</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

13. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	212.069	212.069
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	224.187	224.187
	10.712	10.712	446.968	446.968
(-) Provisão para devedores duvidosos	(10.712)	(10.712)	(10.712)	(10.712)
	-	-	436.256	436.256
Circulante	-	-	415.353	346.258
Não circulante	-	-	20.903	12.528
	-	-	436.256	358.786

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito é que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

14. Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas, efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	-	-	-	16.881
IRPJ/CSLL	-	-	81.684	80.368
PIS	-	-	768	657
COFINS	-	-	6.869	-
INSS	1.301	1.301	1.635	2.603
Saldo Negativo - IRPJ	124	963	124	963
ICMS	-	-	-	-
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	48.933	31.674
Outros	-	-	2.572	4.081
Total circulante	1.425	2.264	142.585	137.227
Não circulante				
Imposto de Renda Retido na fonte			3.187	3.187
PIS			548	467
COFINS	-	-	2.132	2.292
Contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-
Imposto de Renda Retido na fonte	-	-	-	1
Outros	-	-	960	14
Total não circulante	-	-	6.827	5.961
Total	1.425	2.264	149.412	143.188

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Não Circulante				
IRPJ Diferido	-	-	4.243	4.057
CSLL Diferido	-	-	2.445	2.951
Total	-	-	6.688	7.008

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2020 e 31 dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante</u>	126.411	103.837	75	75
<u>Dividendos a receber</u>	126.411	103.837	75	75
Alupar Investimentos S.A	126.411	103.837	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	75	75
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	-	-	-	-
<u>Ativo não-circulante</u>	25.126	223	25.126	223
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	19	18	19	18
Licht Energia S.A	19	18	19	18
<u>Operações de mútuos</u>	25.107	205	25.107	205
Cime Administração e Participações S.A	25.107	205	25.107	205

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo não-circulante</u>	18.708	18.708	18.708	18.708
<u>Operações de mútuos</u>	18.708	18.708	18.708	18.708
Cime Administração e Participações S.A	-	-	-	-
Ebac	5.646	5.646	5.646	5.646
Cavan Premoldado S.A.	5.549	5.549	5.549	5.549
614 TVC Interior S/A	7.513	7.513	7.513	7.513

16. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um 1º aditivo contratual, e em 29/04/2019 o 2º Aditivo onde o foi concedido uma nova carência de 18 meses a com o pagamento em 36 parcelas. Um 3º aditivo foi assinado uma nova carência de 18 meses a partir de 29/10/2020.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

17. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	9.959.154	5.531.458
Ajuste da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018	-	-
Receita de operação e manutenção	591.201	461.143
Remuneração do ativo de concessão	2.266.275	432.406
Receita de infraestrutura	3.241.714	3.393.000
Ativo de concessão adquirido em combinação de negócios	-	1.356.493
Realização do ativo contratual de concessão	(1.457.634)	(1.215.346)
Saldo final	14.600.710	9.959.154
Circulante	1.290.362	951.888
Não circulante	13.310.348	9.007.266
Saldo final	14.600.710	9.959.154

18. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empresas coligadas e controladas	2.952.987	2.568.890	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	127.734	136.958
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.731	7.826
Total	2.953.038	2.568.941	135.538	144.857

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	879.111.269		
Total de ações/quotas da controladora	451.466.495		
% de participação	51,35%		
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2020	5.750.116		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro (prejuízo) do exercício	942.086		
	942.086		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.568.868	22	2.568.890
Ajustes de exercício anterior	-	-	-
Dividendos	(126.411)	-	(126.411)
Constituição de reserva para Reinvestimento - Reflexa	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	483.807	-	483.807
Ganho/Perda na conversão de balanço	24.100	-	24.100
Agio/Deságio em participações	2.601	-	2.601
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.952.965	22	2.952.987

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

19. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média anual de depreciação	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	Saldo em
		31/12/2019						31/12/2020
Custo								
Terrenos		2.674	-	-	-	-	-	2.674
Edificações		1.965	-	-	-	-	-	1.965
Veículos		895	-	-	-	-	-	895
Total custo		5.534	-	-	-	-	-	5.534
Depreciação								
Edificações	4%	(1.830)	(79)	-	-	-	-	(1.909)
Veículos	20%	(895)	-	-	-	-	-	(895)
Total Depreciação		(2.725)	(79)	-	-	-	-	(2.804)
Total		2.809	(79)	-	-	-	-	2.730

Imobilizado de Geração e Transmissão		Saldo em	Adições	Baixas	Transf.	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	Saldo em
		31/12/2019						31/12/2020
Em serviço								
Custo								
Terrenos		88.062	-	-	-	989	(20)	89.031
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.578.119	9	-	6.395	-	-	1.584.523
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		478.491	410	-	50.810	30.958	(34)	560.635
Máquinas e Equipamentos		1.858.783	1.495	(87)	17.859	11.630	79	1.889.759
Veículos		3.210	173	(502)	-	297	(178)	3.000
Móveis e Utensílios		7.833	518	(1.217)	43	573	21	7.771
Direito de uso sobre arrendamentos		34.327	5.530	(1.708)	-	312	397	38.858
Total custo		4.048.825	8.135	(3.514)	75.107	44.759	265	4.173.577
Depreciação								
Terrenos		-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	9,82%	(205.046)	(37.395)	-	-	-	(1)	(242.442)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	21,22%	(61.777)	(23.605)	286	-	(1.389)	753	(85.732)
Máquinas e Equipamentos	14,31%	(304.039)	(63.160)	14	-	(1.413)	(942)	(369.540)
Veículos	34,65%	(1.657)	(249)	462	-	(76)	(171)	(1.691)
Móveis e Utensílios	39,00%	(3.870)	(673)	1.189	-	(292)	(33)	(3.679)
Direito de uso sobre arrendamentos	70,30%	(3.353)	(4.887)	406	-	(60)	(1.507)	(9.401)
Total Depreciação		(579.742)	(129.969)	2.357	-	(3.230)	(1.901)	(712.485)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço		3.469.083	(121.834)	(1.157)	75.107	41.529	(1.636)	3.461.092
Em curso		956.943	178.053	(1.707)	(75.097)	156.962	(4.090)	1.211.064
Total da movimentação de geração e transmissão		4.426.026	56.219	(2.864)	10	198.491	(5.726)	4.672.156
Total do imobilizado consolidado		4.428.835	56.140	(2.864)	10	198.491	(5.726)	4.674.886

Imobilizado em curso

a) Imobilizado em curso

O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas La Virgen (R\$951.306), TCE (R\$189.660), Foz (R\$32.264), EDVs (R\$12.271), Água Limpa (R\$7.845), Ijuí (R\$4.269) e Ferreira Gomes (R\$3.885).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

b) Capitalização de Encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2020 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$23.892 (R\$6.288 em 31 de dezembro de 2019). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 19 e 20.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

20. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanço	31/12/2020
Custos						
Outros intangíveis - custo	39.803	29.424	(2.934)	6.919	7.209	80.421
Uso do bem público	16.348	-	-	260	-	16.608
Intangível gerado na aquisição de ações	88.081	-	(9)	-	-	88.072
	144.232	29.424	(2.943)	7.179	7.209	185.101
Amortizações						
Outros intangíveis - custo	(13.808)	(617)	2.933	-	(400)	(11.892)
Uso do bem público	(4.362)	(523)	-	-	-	(4.885)
Intangível gerado na aquisição de ações	(15.774)	(4.075)	-	-	-	(19.849)
	(33.944)	(5.215)	2.933	-	(400)	(36.626)
Projeto em desenvolvimento	74.040	1.214	(18.285)	(7.189)	(99)	49.681
Total	184.328	25.423	(18.295)	(10)	6.710	198.156

a) Intangível gerado na aquisição de ações (Ágio decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados por suas controladas foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Composição Intangível gerado na aquisição de ações

	31/12/2020	31/12/2019
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	28.400	28.400
Energia dos Ventos I S.A. (**)	6.164	6.164
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos III S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3.933	3.933
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	2.420	2.420
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão (*)	9.766	9.766
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	2.767	2.767
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	4.391	4.391
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.752	1.752
Outros	246	255
	88.072	88.081
Amortização de Agio	(19.849)	(15.774)
	68.223	72.307

(*) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada EATE. (**) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada Windepar. (***) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada ENTE.

b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

c) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

21. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2020				31/12/2019
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional - Reais												
Nota Promissória	Guarupart	jun/18	jun/21	75.000	CDI	1,6	ANUAL	-	6.240	75.000	81.240	88.165
Total Controladora								-	6.240	75.000	81.240	88.165
Operacionais												
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TALP	2,44	Mensal	-	52	17.734	17.786	21.463
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TALP	2,04	Mensal	-	3	868	871	698
BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TALP	2,02	Mensal	-	88	25.667	25.755	29.003
BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	-	20	12.945	12.965	17.408
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TALP	2,34	Mensal	-	495	166.798	167.293	169.068
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TALP	2,34	Mensal	-	196	66.016	66.212	66.917
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TALP	2,34	Mensal	-	22	7.450	7.472	7.551
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	(2.465)	54	49.410	46.999	71.483
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TALP	-	Mensal	-	4	1.977	1.981	2.024
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TALP	2,44	Mensal	-	328	109.073	109.401	113.594
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TALP	3,17	Mensal	-	332	100.139	100.471	103.438
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrínhas	mar/09	abr/25	111.185	TALP	1,93	Mensal	-	116	41.340	41.456	51.033
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	ago/10	abr/25	16.875	TALP	2,22	Mensal	-	16	5.614	5.630	6.932
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TALP	1,93	Mensal	-	111	39.557	39.668	49.394
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TALP	2,22	Mensal	-	25	8.664	8.689	10.818
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TALP	2,18	Mensal	(6,3)	144	53.127	53.208	52.744
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68+1,99	Mensal	-	24	14.916	14.940	11.351
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TALP	2,18	Mensal	(4,0)	87	29.934	29.981	29.773
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68+1,99	Mensal	-	8	8.570	8.578	4.810
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TALP	2,18	Mensal	(4,6)	124	45.758	45.836	45.509
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68+1,99	Mensal	-	17	10.614	10.631	9.024
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TALP	2,18	Mensal	(5,4)	190	70.202	70.338	69.822
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68+1,99	Mensal	-	19	11.749	11.768	7.804
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TALP	2,18	Mensal	(5,2)	104	38.368	38.420	38.162
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68+1,99	Mensal	-	21	13.165	13.186	11.158
BNB - s nº A400000101001 e 1002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	-	-	-	-	76.856
BDMG (FINAME) - nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	-	-	-	-	77
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	12	7.346	7.358	9.742
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TALP	3,50	Mensal	-	159	3.718	3.877	4.317
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	170	2.891	3.061	2.047
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TALP	4,50	Mensal	-	48	947	995	3.166
BDMG - nº 127.135	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	54	10.255	10.309	12.783
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	236	2.894	3.130	3.951
Banco do Brasil - FCO - nº 20/00474-5	TME	fev/11	fev/29	80.000	-	10,00	Mensal	-	-	-	-	56.854
BNDES - Contrato nº 20/00487-7	TME	fev/12	mai/26	87.300	TALP	3,60	Mensal	-	-	-	-	41.418
Santander - CCB	TME	mai/20	mai/22	200.000	CDI	3,30	Unico no final	(55,7)	6.482	200.000	205.925	-
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(6,78)	346	91.835	91.503	-
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(6,16)	308	81.632	81.324	-
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(75,3)	385	102.039	101.671	-
Itaú Unibanco S.A.	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	119	10.000	10.119	-
Subtotal								(5.324)	10.919	1.463.212	1.468.807	1.212.192
Total Empréstimos Nacionais								(5.324)	17.159	1.538.212	1.550.047	1.300.357
Circulante								(1.421)	10.558	219.422	228.559	267.088
Não circulante								(3.903)	6.601	1.318.790	1.321.488	1.033.269
											1.550.047	1.300.357
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(1.746)	1.221	165.397	164.872	146.892
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jul/20	COP 163.657	-	24,05	Mensal	-	-	177	177	-
Itaú Corpbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	93.856	93.856	73.660
Itaú Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/19	jan/20	USD 2.766	-	4,80	Anual	-	-	-	-	11.158
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	91.249	91.249	70.587
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	94.163	94.163	73.984
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Alupar Colombia	nov/20	nov/23	USD 11.000	-	3,40	Anual	-	223	57.505	57.728	-
Pré - Operacionais												
Itaú Coprbanca Colombia Prenda	TCE	jul/17	jul/20	COP 200.000	IBR(**)	4,44	Mensal	-	-	-	-	53
Itaú Coprbanca Colombia Leasing	TCE	jul/17	jul/20	COP 330.000	-	10,32	Mensal	-	-	-	-	91
Santander Brasil - Capital de trabalho	TCE	mai/18	abr/21	USD 30.000	Libor (*)	3,70	Anual	(209)	5.739	156.831	162.361	125.042
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	TCE	set/20	out/20	COP 209.251	-	24,05	Mensal	-	-	-	-	-
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor (*)	-	Flutuante: até 5	-	-	241.466	241.466	193.743
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 10.000	-	-	í anos 5,00, após 1	-	-	-	-	-
Banco Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor (*)	-	até 5 anos 3,70,	-	-	144.771	144.771	116.455
Total de Empréstimos em Moeda Estrangeira								(1.955)	7.183	1.045.415	1.050.643	811.665
Circulante								(623)	7.183	209.919	216.479	131.346
Não circulante								(1.332)	-	835.496	834.164	680.319
Total de Empréstimos e financiamentos								(7.279)	24.342	2.583.627	2.600.690	2.112.022
Circulante								(2.044)	17.741	429.341	445.038	398.434
Não circulante								(5.235)	6.601	2.154.286	2.155.652	1.713.588

(*) Taxa Libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino.
(**) Indicador Bancario de Referência (IBR). A taxa do IBR é mensal

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador no longo prazo, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2020						
	Consolidado R\$						
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
<u>Moeda estrangeira</u>							
Dólar norte-americano	117.682	181.515	127.377	29.504	29.504	197.546	683.128
Pesos colombianos	16.134	19.085	21.931	95.218	-	-	152.368
(-) Custos a amortizar	(402)	(377)	(310)	(243)	-	-	(1.332)
	133.414	200.223	148.998	124.479	29.504	197.546	834.164
<u>Moeda nacional</u>							
CDI	216.566	66.438	107.625	97.493	-	-	488.122
TJLP	101.458	102.523	103.673	86.830	81.194	256.756	732.434
Taxa fixa	35.209	10.181	3.859	1.111	180	-	50.540
IPCA	5.018	5.198	5.378	5.567	5.761	27.373	54.295
(-) Custos a amortizar	(978)	(762)	(579)	(319)	(240)	(1.025)	(3.903)
	357.273	183.578	219.956	190.682	86.895	283.104	1.321.488
	490.687	383.801	368.954	315.161	116.399	480.650	2.155.652

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2020 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 103.619 (R\$ 104.963 em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício de 2020, foram contratados empréstimos juntos aos Bancos Itaú e Santander através de Cédulas de Crédito Bancário no montante de R\$478.535 pelas controladas TME, ECTE, ENTE, ETEP e ETES. As EDVs obtiveram novas liberações por parte do BNDES, do financiamento obtido pelas elas em dezembro de 2019, no montante de R\$ 13.562. E por fim a controlada Alupar Colômbia contratou empréstimo junto ao Banco Itaú no valor de 11.000 mil dólares.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

▪ Notas Promissórias - Controladora

Em 07 de Junho de 2019, em reunião de quotistas registrada na Jucesp em 14 de junho de 2019, foi aprovada a 3ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 20 de junho de 2019.

Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

▪	Número da Emissão	3ª Terceira
▪	Valor total de emissão:	R\$ 85.000.000,00
▪	Características das Notas Promissórias	Emissão de 17(dezessete) Notas Promissórias, sendo 2(duas) da 1ª séries e 15 da 2ª séries)
▪	Valor nominal unitário:	R\$ 5.000.000,00
▪	Data de emissão:	25/06/2019
▪	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 2ª Emissão e reforço de caixa da Emissora.
▪	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 1,6% (um inteiro e sessenta centessimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
▪	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em 24 de Junho de 2020 , e as notas promissórias da 2ª série terá o vencimento em 24 de Junho de 2021 .
▪	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 24.154.589 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimento S.A. de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor Nominal das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a respectiva Data de Vencimento. e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos a partir da data de assinatura do Contrato de Garantia, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

22. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostas da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado											
		Condições contratadas das debêntures						31/12/2020		31/12/2019			
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos					
Operacionais													
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	(429)	2.449	163.455	165.475	315.788
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(1.613)	4.479	648.500	651.366	648.842
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(4.179)	235	73.183	69.239	68.216
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	28.260
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	(25)	80	54.000	54.055	54.149
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(73)	6	26.727	26.660	41.901
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(149)	12	46.364	46.227	64.712
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(558)	2.571	270.000	272.013	276.019
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	2.007
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(107)	13	54.311	54.217	74.861
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(181)	476	50.000	50.295	51.022
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	44.078
3ª Emissão - II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	12.022
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(189)	476	50.000	50.287	51.012
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	12.263
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(92)	7	27.551	27.466	38.451
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(9.235)	819	298.834	290.418	290.621
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	17.953
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(41)	4	17.027	16.990	26.635
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	-	-	-	-	9.916
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(56)	6	25.200	25.150	29.875
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(51)	5	21.429	21.383	33.495
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(185)	14	55.002	54.831	76.755
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(122)	5	20.001	19.884	27.847
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	(669)	256	41.300	40.887	41.059
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(2.308)	5.932	121.464	125.088	119.281
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(102)	5	19.001	18.904	26.473
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	(2.155)	4.170	153.162	155.177	148.185
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	(493)	193	30.700	30.400	30.534
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(1.700)	4.412	90.330	93.042	88.667
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	(8.793)	27.093	315.000	333.300	317.832
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(19.493)	74.866	715.000	770.373	734.831
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	(1.277)	1.296	130.000	130.019	-
Pré - Operacionais													
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(19.198)	72.491	680.000	733.293	698.938
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(30.142)	114.067	1.070.000	1.155.925	1.099.875
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(32.610)	49.259	530.000	546.649	497.458
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(24.577)	38.570	415.000	428.993	390.465
TOTAL									(160.802)	404.267	6.212.541	6.456.006	6.490.298
Circulante									(16.791)	73.048	403.564	459.821	479.525
Não circulante									(144.011)	331.219	5.808.977	5.996.185	6.010.773

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida/(Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA)/Despesa Financeira Líquida;
- Consolidado - Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta/(Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis em ações.

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2020						
	Consolidado R\$						
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
CDI	139.579	116.313	656.600	388.550	69.485	-	1.370.527
IPCA	67.301	206.928	479.071	508.923	484.795	3.022.653	4.769.671
(-) Custos a amortizar	(17.139)	(16.881)	(16.384)	(15.570)	(15.663)	(62.376)	(144.013)
	189.741	306.360	1.119.287	881.903	538.617	2.960.277	5.996.185

23. Tributos e Contribuições sociais corrente e diferido

a) Tributos e Contribuições sociais correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
IRRF	959	971	1.312	1.323
Provisão para Imposto de Renda	-	-	22.594	27.188
Provisão para Contrib. Social	-	-	41.048	33.445
PIS	7	6	5.991	4.705
COFINS	43	32	28.511	19.908
ICMS	-	-	6.270	11.495
INSS	2	2	1.376	3.157
ISS	2	53	5.488	5.698
Pis e Cofins Diferidos	-	-	78.598	40.635
Outros	129	24	1.468	1.840
	1.142	1.088	192.656	149.394

b) Tributos e Contribuições sociais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Não circulante</u>				
Cofins e Pis Diferidos	-	-	983.086	617.545
Imposto de renda diferido	43	58	1.349.100	840.741
Contribuição social diferido	15	20	576.782	388.836
	58	78	2.908.968	1.847.122

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

24. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Controladas</u>		
Verde 8 Energia S.A.	9.116	9.280
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	10.737	10.737
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3.675	5.495
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	-
Ijuí Energia S.A.	4.169	4.169
Energia dos Ventos I S.A.	26	26
Energia dos Ventos II S.A.	1.215	1.215
Energia dos Ventos III S.A.	361	361
Energia dos Ventos IV S.A.	3.044	3.377
Energia dos Ventos X S.A.	261	260
Ferreira Gomes Energia S.A.	3.225	11.239
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	4.967	9.600
ETES	3.210	-
TPE	84.037	-
ETB	44.052	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	18.090	24.512
	<u>190.185</u>	<u>80.271</u>
Circulante	180.958	73.594
Não circulante	9.227	6.677
	<u>190.185</u>	<u>80.271</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

25. Provisão para gastos ambientais:

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e também realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Controladas</u>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	7.970	7.525
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	943	766
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	48	47
Verde 8	9.589	10.059
Ijuí Energia S.A.	706	725
Energia dos Ventos X S.A	494	494
EBTE	12.476	-
Ferreira Gomes Energia S.A	488	843
TME	219	213
	<u>32.933</u>	<u>20.672</u>
Circulante	13.720	19.938
Não circulante	19.213	734
	<u>32.933</u>	<u>20.672</u>

26. Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	3.666	2.884
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	4.832	3.407
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	860	1.078
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	47.915	51.244
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.008	940
Ministério de minas e energia - MME	500	520
RGR e TFSEE diferido	194.158	158.477
	<u>252.939</u>	<u>218.550</u>
Total	<u>252.939</u>	<u>218.550</u>
Circulante	80.195	60.073
Não circulante	172.744	158.477
	<u>252.939</u>	<u>218.550</u>

27. Provisões para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Processos judiciais				
Tributário	-	-	1.477	1
Cível	-	-	8.537	6.122
Trabalhista	1.003	1.003	9.451	10.047
Total	1.003	1.003	19.465	16.170
Circulante	-	-	2.712	323
Não circulante	1.003	1.003	16.753	15.847
	1.003	1.003	19.465	16.170

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 10.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 5.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota. O valor das causas possíveis na companhia é aproximadamente 16milhões.

28. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 476.725.512,00 totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	<u>1</u>	<u>0,00%</u>
Total	<u>476.725.512</u>	<u>100,00%</u>

Reserva de lucros:

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Reserva de capital:

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

Remuneração aos acionistas:

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	5	3	42.169	78.539
- Juros sobre contratos de mutuos	260	-	260	-
- Outras	2	103	9.152	8.696
Total	267	106	51.581	87.235
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	3.707	6.000	145.089	337.675
- Encargos s/debentures	-	-	245.907	-
- Ganho (perda) na variação cambial	-	-	59.015	(10.940)
- Juros sobre contratos de mutuos	-	-	-	-
- Juros sobre arrendamentos	-	-	5.142	4.734
- Outras	70	541	61.677	24.707
Total	3.777	6.541	516.830	356.176

30. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receita Bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	591.201	461.143
Suprimento de energia	645.875	738.175
Remuneração do ativo financeiro da concessão	2.266.275	432.406
Receita de infra-estrutura	3.241.714	3.393.000
	6.745.065	5.024.724
<u>Deduções</u>		
Imposto sobre Serviços - IS	(387)	(318)
Pis	(22.237)	(19.471)
Cofins	(103.032)	(89.732)
Pis e Cofins Diferidos	(403.742)	(271.495)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.584)	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(30.433)	(29.842)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(6.584)	(5.967)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(6.525)	(5.761)
Ministério de minas e energia - MME	(3.264)	(2.883)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(7.639)	(6.569)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	-	(699)
TFSE e RGR Diferido	(18.893)	112
	(604.320)	(432.625)
Receita Operacional líquida	6.140.745	4.592.099

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

31. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos

31.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

31.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2020		31/12/2019		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e bancos	44.529	44.529	68.005	68.005	Custo amortizado	
Equivalentes de caixa	630.102	630.102	957.231	957.231	Valor justo por meio do resultado	2
Investimentos de curto prazo	1.405.506	1.405.506	2.864.348	2.864.348	Valor justo por meio do resultado	2
Titulos e valores mobiliários	160.921	160.921	162.265	162.265	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	436.256	436.256	358.786	358.786	Custo amortizado	
	<u>2.677.314</u>	<u>2.677.314</u>	<u>4.410.635</u>	<u>4.410.635</u>		
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	386.927	386.927	403.181	403.181	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	2.600.690	2.600.690	2.112.022	2.112.022	Custo amortizado	
Debêntures	6.456.006	6.456.006	6.490.298	6.490.298	Custo amortizado	
Passivo de arrendamento	35.692	35.692	35.692	35.692	Custo amortizado	
	<u>9.479.315</u>	<u>9.479.315</u>	<u>9.041.193</u>	<u>9.041.193</u>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil;
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas;
 - ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.
- Debêntures: O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

31.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 9.056.696, sendo que 9,99% desse valor (ou R\$ 904.859) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 39,61% de recursos próprios em contrapartida a 60,39% de capital de terceiros (38,74% de recursos próprios e 61,26% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 100,56% em 31 de dezembro de 2020 (113,84% em 31 de dezembro de 2019).

31.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

31.4.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

31.4.2. Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$ 2.241.058 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

31.4.3. Riscos de mercado

a) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

b) Risco de descontratação

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

31.4.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 11,6% do total da dívida consolidada (9,44% em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

31.4.5. Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

31.4.6. Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

31.4.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

31.4.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	81.240	88.165	2.600.690	2.112.022
Circulante	81.240	10.372	445.038	398.434
Não circulante	-	77.793	2.155.652	1.713.588
Debêntures	-	-	6.456.006	6.490.298
Circulante	-	-	459.821	479.525
Não circulante	-	-	5.996.185	6.010.773
Dívida bruta	81.240	88.165	9.056.696	8.602.320
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(22)	(32)	(674.631)	(1.025.236)
(-) Investimentos de curto prazo	-	-	(1.405.506)	(2.864.348)
(-) Títulos e valores mobiliários	(57.302)	(57.302)	(160.921)	(162.265)
Dívida líquida	23.916	30.831	6.815.638	4.550.471
Patrimônio líquido	3.014.720	2.585.051	9.006.437	7.556.248
Índice de endividamento líquido	0,01	0,01	0,76	0,60

32. Informações por Segmento

Os principais segmentos operacionais da Controlada Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2020

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
Receita operacional bruta	6.099.190	526.022	-	119.853	6.745.065
Receita de transmissão de energia	591.201	-	-	-	591.201
Receita de infraestrutura	3.241.714	-	-	-	3.241.714
Remuneração do ativo financeiro da concessão	2.266.275	-	-	-	2.266.275
Suprimento de energia	-	526.022	-	119.853	645.875
Deduções da receita operacional bruta	(545.700)	(46.586)	-	(12.034)	(604.320)
Receita operacional líquida	5.553.490	479.436	-	107.819	6.140.745
Custo do serviço					
Energia comprada para revenda	-	(88.425)	-	(53.347)	(141.772)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(32.795)	-	-	(32.795)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(8.441)	-	-	(8.441)
Custo dos serviços prestados	(123.639)	(54.381)	-	(6.426)	(184.446)
Custo de infraestrutura	(2.204.273)	-	-	-	(2.204.273)
Depreciação / Amortização	(2.800)	(124.958)	-	(70)	(127.828)
	(2.330.712)	(309.000)	-	(59.843)	(2.699.555)
Lucro bruto	3.222.778	170.436	-	47.976	3.441.190
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(50.117)	(25.053)	(41.082)	-	(116.252)
Depreciação / Amortização	(2.437)	(1.197)	(3.801)	-	(7.435)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(9.224)	-	(9.224)
Outras receitas	3.984	3.714	134	-	7.832
Outras despesas	(304)	-	(31)	-	(335)
	(48.874)	(22.536)	(54.004)	-	(125.414)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	3.173.904	147.900	(54.004)	47.976	3.315.776
Despesas e receitas financeiras					
Despesas financeiras	(198.190)	(211.312)	(106.928)	(400)	(516.830)
Encargos de dívidas	(188.944)	(124.823)	(82.050)	(391)	(396.208)
Variações cambiais	1.178	(38.558)	(21.635)	-	(59.015)
Outras	(10.424)	(47.931)	(3.243)	(9)	(61.607)
Receitas financeiras	19.435	5.266	26.444	436	51.581
Receitas de aplicações financeiras	12.268	8.146	21.986	31	42.431
Outras	7.167	(2.880)	4.458	405	9.150
	(178.755)	(206.046)	(80.484)	36	(465.249)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.995.149	(58.146)	(134.488)	48.012	2.850.527
IR e CSLL correntes	(87.880)	(15.629)	(64)	(548)	(104.121)
IR e CSLL diferidos	(698.484)	1.295	-	-	(697.189)
	(786.364)	(14.334)	(64)	(548)	(801.310)
Lucro líquido Consolidado	2.208.785	(72.480)	(134.552)	47.464	2.049.217
Participação de não controladores	(1.102.513)	(5.466)	(463.719)	-	(1.571.698)
Lucro líquido	1.106.272	(77.946)	(598.271)	47.464	477.519

33. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

34. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, oferecem planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

35. Evento relevante

Controlada Alupar Investimentos S.A.

- Aumentos de capital em controladas:

Em 2 de fevereiro de 2021 foram aprovados os aumentos de capital social das controladas: (i) ELTE, no valor de R\$ 97.000, mediante a emissão de 97.000.000 novas ações ordinárias nominativas, integralizadas pela Alupar da seguinte forma: R\$2.000 pela conversão de AFAC e R\$ 95.000 em moeda corrente no dia 10 de março de 2021, e (ii) ETC, no valor de R\$ 8.500, mediante a emissão de 8.500.000 novas ações, mediante conversão de AFAC pela Alupar.

Em 18 de fevereiro de 2021 foram aprovados os aumentos de capital social das controladas: (i) TPE, no valor de R\$ 21.000, mediante a emissão de 21.000.000 novas ações, subscritas e integralizadas na proporção atual dos acionistas e (ii) TCC, no valor de R\$ 37.500, mediante a emissão de 37.500.000 novas ações, subscritas e integralizadas na proporção atual dos acionistas.

- Liquidação dos valores em aberto na CCEE:

Na liquidação financeira da CCEE realizada em 09 de março de 2021, as controladas Queluz e Lavrinhas efetuaram o pagamento dos valores em aberto referentes ao GSF (nota explicativa nº 14), no montante de R\$ 182.111, utilizando os valores a receber em aberto, no montante de R\$ 60.154, decorrentes da inadimplência pelas liminares do GSF (Nota Explicativa nº 8), para abater da saída de caixa. O pagamento dos valores de GSF em aberto também é uma das condições precedentes para a repactuação do risco hidrológico. Adicionalmente as controladas Queluz e Lavrinhas não desistiram de suas liminares.